

Os modelos social-democratas em debate

SÉRGIO ROCHA *

A eleição de Mitterrand e a maioria absoluta que o Partido Socialista Francês (PSF) obteve em junho passado abre aos socialistas uma extraordinária oportunidade histórica de dirigir o curso do desenvolvimento da sociedade francesa segundo a visão estratégica do partido. O objetivo do PSF, de acordo o último congresso realizado em Metz (abril de 1979), não é o de “modernizar ou domar o capitalismo, mas de substituí-lo pelo socialismo”.¹ Ainda recentemente reafirmava Mitterrand, em uma entrevista, que o objetivo dele era “de avançar mais” que os social-democratas alemães e suecos.²

Neste contexto é compreensível que tenha surgido na França um vivo interesse pela discussão das experiências social-democratas, especialmente aquelas mais bem-sucedidas, como as escandinavas e a austríaca.

Este mesmo interesse pelo debate se manifesta também em outros países da Europa do Sul, principalmente naqueles em que se nota um desenvolvimento das tendências socialistas ou social-democratas. O Partido Socialista Italiano beneficiou-se recentemente do chamado “efeito Mitterrand” nas eleições municipais de junho de 1981 e aumentou sua votação a nível nacional de 10 para 14%. Por seu lado, o Partido Socialista Obrero de Espanha conta alcançar a maioria parlamentar na Espanha nas próximas eleições, possibilidade que as atuais pesquisas de opinião pública consideram provável. A vitória dos socialistas gregos nas eleições parlamentares de outubro de 1981 reafirma a força da maré reformista na Europa meridional.

A esquerda marxista europeia começa, por vários motivos, a tomar parte neste debate sobre a reformulação dos modelos social-democratas. Em primeiro

* Do Instituto de Economia Social e Planejamento da Universidade de Roskilde, Dinamarca.

¹ Citado em Jean-Marie Colombani, “Un président socialiste”, *Le Monde*, 11.8.81.

² Semanário *Le Point*, 20-26 de Julho de 1981.

lugar por uma questão de sobrevivência política. As posições socialistas ou social-democratas têm encontrado maior receptividade eleitoral do que as posições da esquerda, que têm suas raízes históricas na Terceira Internacional. As eleições recentemente realizadas na França deixam clara uma tendência que tem prevalecido nos últimos anos na Europa do Sul: o avanço dos partidos socialistas é paralelamente marcado pela estagnação ou recuo dos partidos comunistas, sejam eles eurocomunistas ou ortodoxos (com a notável exceção do Partido Comunista Português, que passou de 16,6% em 1976 para 19% dos votos em 1979, alcançando mais de 20% nas eleições municipais realizadas mais tarde nesse último ano).

O debate interessa de perto à esquerda marxista também porque vários partidos da Internacional Socialista³ e eurocomunistas começam a se aproximar politicamente com o objetivo de uma definição de uma terceira via ao socialismo. Os anos 70 foram testemunhas de um processo onde os primeiros começaram a tomar uma distância crítica de Washington e os segundos de Moscou. Praga e Vietnã deixaram marcas duradouras na evolução do movimento operário europeu...

Esta aproximação entre as duas tendências (que se dá a nível de governo na França atualmente) exige por parte da esquerda marxista uma modernização de suas análises e uma mudança de atitude em relação à esquerda keynesiana. Exige também uma reavaliação histórica da obra da social-democracia, tanto teórica como prática, para, pela demolição dos mitos e exorcismo dos demônios, poder ver a realidade. Esta tarefa e este debate vêm sendo levados a cabo principalmente na Itália e na França, e o resultado é uma série de livros e artigos, alguns dos quais serão comentados no presente artigo.⁴

³ A *Internacional Socialista* é, de certa forma, a continuação histórica da II Internacional, fundada em Paris em 1897. Esta última se dividiu durante a Primeira Guerra Mundial, surgindo então, por iniciativa de Lenin, em Moscou em 1919 a III Internacional (também chamada Komintern), que foi finalmente dissolvida por Stalin em 1943. Os partidos social-democratas organizaram por seu lado, também em 1919, a Internacional Operária e Socialista (I.O.S.) cujos trabalhos foram suspensos durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1951 esta organização é reconstituída no Congresso de Frankfurt, onde recebe seu atual nome: Internacional Socialista.

⁴ Nós nos limitaremos aqui a uma bibliografia sumária em francês e italiano: Amoroso Bruno, *Rapporto dalla Scandinavia*, Roma, Laterza, 1980; Glucksmann, Christine e Therborn, Göran, *Le Déficit Social-démocratique*. Paris, Maspero, 1981; Fejtö, François, *La Social-démocratie quand même*, Paris, Laffont, 1981. O número especial da revista *Pace e Guerra*, ano 1, número 3, maio de 1980, Roma, que trata do modelo escandinavo; e os artigos de Duverger, Maurice, "Le Socialisme du Troisième Type", Paris, em *Le Monde*, 18-19-20 de Julho de 1981; e Maire, Edmond, "Le mouvement ouvrier face aux idéologies de crise", Paris, em *Le Monde*, 21-22 de agosto de 1980.

A TEORIA DA CONSPIRAÇÃO E A TRAIÇÃO SOCIAL-DEMOCRATA

As sociedades social-democratas na Escandinávia e na Áustria representam uma grande obra histórica das classes operárias destes países. O livro *Rapporto dalla Scandinavia* do marxista italiano Bruno Amoroso parte desta constatação que atualmente parece tão óbvia, mas que a esquerda da tradição da Terceira Internacional ainda tem dificuldades em reconhecer. Um marxista tão respeitado e não-dogmático como Lelio Basso não dizia em 1964 que “é uma tendência geral dos países capitalistas avançados de fazer da social-democracia a base de apoio mais eficaz do regime capitalista”?⁵ Embora meio a contragosto, a francesa Christine Glucksmann e o sueco Göran Therborn em *Le Défi Social-démocratique*, escrito a quatro mãos, também reconhecem como altamente positivos do ponto de vista da classe operária os resultados da política social-democrata na Escandinávia.

Este reconhecimento implica uma reavaliação da antiga tese do Komintern de que a social-democracia é traidora da classe operária e aliada ao imperialismo. Como nota Maurice Duverger,⁶ aceitar a teoria da conspiração (ou seja, a social-democracia, é o ato histórico mais apropriado para levar uma inteligente e sutil política, cujo beneficiário estratégico é a burguesia) implica “considerar os trabalhadores que os apóiam (aos social-democratas escandinavos) como imbecis, e no entanto estes trabalhadores alcançaram as mais fortes reduções das desigualdades no mundo e na história, mesmo se compararmos com os países comunistas...”.⁷

Tanto o livro de Glucksmann & Therborn como o de Amoroso fazem uma análise histórica da social-democracia e de suas políticas desde o início do século. O primeiro se concentra quase que exclusivamente sobre a Suécia, enquanto que o livro de Amoroso trata dos três países escandinavos, embora com uma maior ênfase colocada sobre a Dinamarca. Um dos objetivos de Glucksmann & Therborn — que se autodefinem como eurocomunistas de esquerda — é o de uma construção teórica que “transcenda a Keynes e a Lenin”. Uma tarefa ambiciosa, mas não impossível para uma autora como Glucksmann, cujo livro anterior *Gramsci et l'Etat* foi muito bem recebido nos círculos acadêmicos marxistas e traduzido em sete idiomas. A construção teórica de *Le Défi Social-démocratique* foi também muito bem recebida pelos círculos marxistas universitários na França, como por exemplo pela revista *Politique Hebdo*, que considera o trabalho de Glucksmann & Therborn uma importante contribuição à teoria marxista do Estado.

Na medida em que Glucksmann & Therborn rompem com a teoria da

⁵ Citado por Duverger, M., em *Le Socialisme du Troisième Type*.

⁶ Duverger, M., *op. cit.*

⁷ Duverger, M., *op. cit.*

conspiração e, conseqüentemente, com uma visão leninista da social-democracia, tomam um ponto de partida acertado em sua análise. Parece-me entretanto que os autores pagam um tributo a um certo formalismo marxista. Por exemplo, o conceito de “revolução passiva” que Gramsci cunhou para descrever com grande precisão o processo de unificação nacional na Itália e a transformação de uma sociedade agrária em sociedade industrial (que Lampedusa descreve parcialmente no clássico *Il Gattopardo*) é transplantado pelos dois autores às frias latitudes nórdicas para interpretar o processo de social-democratização da Escandinávia.

OS CONFLITOS ATUAIS NA SOCIAL-DEMOCRACIA EUROPÉIA

Apesar deste certo formalismo, o livro de Glucksmann & Therborn oferece uma análise muito interessante da social-democracia sueca, embora estes autores tenham a tendência de ver os partidos social-democratas como blocos coesos e coerentes. O que os autores de *Le Défi Social-démocratique* não enfatizam, e que, entretanto, não escapa à atenção de Amoroso em *Rapporto dalla Scandinavia* (talvez pelo fato de ele, ainda que italiano, viver na Dinamarca) é que a evolução da luta de classes na Europa a partir dos anos 60 implica uma dinâmica de conflito estratégico dentro do movimento social-democrata. A divisão no Partido Trabalhista britânico está inegavelmente ligada ao aguçamento das contradições dentro das social-democracias. O mesmo se pode dizer em relação ao conflito que opõe o ex-chanceler Willy Brandt ao atual Walter Schmidt dentro do Partido Social-democrata Alemão.

Pode-se dizer — grosso modo — que o movimento social-democrata europeu divide-se atualmente em duas tendências: uma tendência conservadora (no sentido original da palavra) que pretende manter o *status quo*, e uma tendência neo-reformista que começa a ameaçar a coexistência pacífica que a social-democracia mantém com a burguesia européia depois da Segunda Guerra Mundial em dois pontos fundamentais:

- a incondicional aliança (especialmente militar) com os Estados Unidos; e
- a aceitação do monopólio sobre os meios de produção.

As contradições entre os Estados Unidos e os países europeus (principalmente aqueles de governo social-democrata) tornaram-se mais nítidas nos últimos anos do governo Carter em relação a uma série de questões como o Irã, o Afeganistão e a Palestina. Estas dificuldades provocaram o seguinte comentário da revista norte-americana *Business Week*, um dos mais importantes porta-vozes das classes dominantes dos Estados Unidos: “... os países europeus estão mostrando de forma indisfarçável que não estão mais dispostos a aceitar a lide-

rança mundial dos Estados Unidos. A menos que esta tendência seja revertida, este crescente neutralismo político — que alguns chamam de uma secessão européia dos Estados Unidos — irá ferir profundamente os interesses econômicos norte-americanos”.⁸

A política de Reagan tenta, sem dúvida, reverter esta tendência, mas no decorrer de 1981 o que se nota é um crescente distanciamento entre as posições do governo norte-americano e dos governos europeus em relação a importantes questões internacionais como a situação na América Central e a corrida armamentista. Em relação a este último aspecto a posição da ala conservadora da social-democracia vem sendo colocada em cheque pela crescente importância que as tendências pacifistas vêm obtendo dentro do movimento social-democrata. A culminação deste processo foram as manifestações pacifistas em Bonn, Londres, Bruxelas, Roma e Paris em outubro de 1981, as maiores realizadas na Europa do após-guerra. Ao que tudo indica já não é tão fácil unificar os interesses norte-americanos e europeus neste início da década de 80, ao contrário do que se passou nos anos 50 e 60. “Durante a guerra norte-americana contra o povo vietnamita a Internacional Socialista se manteve silenciosa”,⁹ afirma o seu atual secretário-geral, o sueco Bengt Carlsson.

TRÊS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

Mas é o segundo ponto fundamental que a tendência neo-reformista da social-democracia levanta, ou seja, a necessidade de um avanço no processo de socialização da economia, que joga um papel estratégico nas contradições atuais no movimento social-democrata, embora seja uma questão menos candente a curto prazo se comparada ao desafio lançado pelas tendências pacifistas. Junto com o vento conservador, os anos 70 trouxeram também a crise dos modelos keynesianos de regulação das economias desenvolvidas, cuja aplicação foi uma das principais pedras-de-toque para o êxito dos modelos social-democratas no período posterior à Segunda Guerra.

Assim, uma das questões cruciais do debate é a de determinar se as políticas social-democratas baseadas no keynesianismo ainda podem fornecer aos países que as praticam os meios de sair da crise, ou se esta última possibilidade só será viável com uma reforma do próprio modelo social-democrata de desenvolvimento. A necessidade de uma reforma do modelo social-democrata ou a sua manutenção abre o espaço para três posições dentro do movimento social-democrata europeu. Poderíamos, para simplificar a discussão, chamar estas três posições de modelo alemão, modelo escandinavo e modelo austríaco.

⁸ Editorial da revista norte-americana *Business Week*, 28.7.80.

⁹ Glucksmann, C. e Therborn, G., *op. cit.*, p. 70.

O MODELO ALEMÃO

O primeiro modelo é o modelo social-democrata clássico do após-guerra e a sua manutenção é defendida pelas correntes social-democratas conservadoras, defensoras do *status quo* capitalista e da “*pax americana*” na Europa. Sua expressão concreta atual é a política praticada na República Federal Alemã. Este modelo conta com o apoio, embora não incondicional, da burguesia. O patronato francês, a julgar pela opinião do presidente da confederação patronal francesa, sr. Ceyrac, prefere o modelo alemão ao modelo que ele teme ser implantado na França pelo governo de Mitterrand: “O modelo alemão se baseia na aceitação... da disciplina do mercado e da concorrência internacional. Esta aceitação vem do conjunto do povo alemão, inclusive dos sindicatos. A Alemanha não está dividida entre partidários de uma economia de mercado e partidários de uma economia coletivista. Estes últimos não existem na RFA (...). Na França, não estou seguro de que o que acabou de se passar em junho tenha sido a vitória da social-democracia...”¹⁰

A questão é saber se o modelo alemão, ou seja, um modelo que a economista inglesa Joan Robinson chama de keynesiano bastardo,¹¹ ainda é aplicável numa situação de crise profunda do capitalismo. François Fejtö em *La Social-démocracie quand même* conclui que não, afirmando que a social-democracia se encontra ameaçada pela crise econômica. A crise leva as burguesias européias a uma tentativa de dismantelar os Estados de bem-estar social (*welfare states*). — a Inglaterra de Thatcher é um exemplo vivo — cuja construção selou o sucesso político das social-democracias. Mas esta construção deu-se no único largo período histórico do capitalismo sem graves crises — o período do após-guerra — e onde foi possível uma transitória convergência de interesses entre o projeto social das social-democracias e o projeto industrial das burguesias e, logo, um compromisso possível entre o capital e o trabalho. O inverso se passa atualmente onde as possibilidades de compromisso entre uma política social-democrata, que tenha uma aceitação do movimento sindical, e os projetos de reestruturação capitalista são cada vez mais estreitas. Esta dinâmica empurra algumas das correntes social-democratas a uma formulação de um novo projeto reformista.

O resto deste artigo será dedicado à análise dos dois projetos neo-reformistas que são atualmente propostos pelas tendências críticas do movimento social-democrata.

¹⁰ Entrevista a *Le Monde*, 3.7.81.

¹¹ Robinson, Joan, “The second crisis of economic theory”, em *The American Economic Review*, vol. LXII, maio de 1972.

O MODELO AUSTRIACO

O primeiro destes projetos vem sendo aplicado com algum sucesso na Áustria (talvez o país europeu com menores desequilíbrios econômicos e sociais durante a atual crise¹² e começa a ser implementado na França.

Segundo Maurice Duverger as eleições de maio-junho passado na França “abrem a perspectiva do surgimento de um terceiro tipo de socialismo, diferente dos dois atualmente conhecidos: o comunismo e a social-democracia”. Ainda segundo Duverger, o modelo de desenvolvimento levado a cabo pelos partidos comunistas falhou tanto pela inexistência de liberdade, quanto pela ausência de uma real apropriação coletiva dos meios de produção, que na realidade se encontram sob o controle do partido.¹³ Já o modelo de socialismo social-democrata, embora amplie o leque das liberdades democráticas, deixa intacto o poder econômico que continua sob o controle da classe capitalista. Logo, a necessidade de uma terceira via, “que una o pluralismo político das democracias do Ocidente com uma certa organização coletiva da economia”.¹⁴

Mas o que Duverger — que expressa uma visão próxima à ala direita do Partido Socialista Francês — sugere com uma “certa organização coletiva da economia” se parece mais a um capitalismo de Estado dinâmico, organizado a

¹² Ver a este respeito Leithauser, Gerhard, “Faiblesses idéologiques face à la restructuration mondiale”, no suplemento “Social-démocraties européennes”, em *Le Monde Diplomatique*, Paris, setembro de 1981.

¹³ Um dos aspectos mais surpreendentes na atual conjuntura européia é que a busca de uma definição de uma terceira via ao socialismo é um processo que também se dá dentro do bloco de países do chamado “socialismo real”, especialmente com o possante movimento de massas na Polônia. Esta busca de definição, que implica uma crítica ao modelo soviético de socialismo, foi claramente exposto no congresso do sindicato Solidariedade pelo velho professor Lipinski — co-fundador do movimento de defesa operária KOR — e que se declara socialista “desde 1906”. Em um vibrante e aplaudidíssimo discurso em Gdansk, por ocasião do 1.º congresso de Solidariedade em setembro de 1981, Lipinski disse:

“Onde é que o socialismo se encontra ameaçado na Polônia? Que significam as expressões ‘força anti-socialista’, ‘força contra-revolucionária’? Segundo o professor Lipinski as forças que ameaçam o socialismo são aquelas que criaram “um socialismo com uma economia ineficiente, de desperdício, um sistema que não . . . conduziu à crise, mas à catástrofe econômica (. . .). Este socialismo de prisões, de censura e de polícia, este socialismo nos tem outras nações! Na minha opinião o socialismo é a luta por uma economia democrática, pela propriedade coletiva dos meios de produção e não a propriedade estatal com um grupo de novos proprietários privados dos meios de produção. Para mim o socialismo é a luta pela gestão democrática das fábricas, pelas liberdades políticas, que são o objetivo último do socialismo, pela abolição da censura, pela possibilidade de desenvolver plenamente a nação polonesa. Serão estas as forças anti-socialistas e contra-revolucionárias? Não, é o socialismo deles que é contra-revolucionário e anti-socialista”. (Citado no artigo de Bernard Guetta, “Un vieux militant fait l'éloge du socialisme dans la liberté”, em *Le Monde*, 30.9.81, p. 6.)

¹⁴ Duverger, M., *op. cit.*

partir da estatização de grupos monopolistas. Por esta razão muitos autores referem-se aos planos econômicos dos socialistas franceses como um “modelo austríaco”, na medida em que se mistura uma boa dose de keynesianismo com uma estatização de uma parcela importante da economia, a exemplo do que acontece na Áustria. Para Duverger (e uma grande parcela do PS francês) o essencial nas nacionalizações é a “aplicação do modelo Renault”. Ou seja, a aplicação dos modernos métodos de administração capitalista da mais rentável e eficiente das indústrias nacionalizadas na França. É difícil entender como este tipo de nacionalizações permitiria uma real influência dos trabalhadores e da população em geral sobre as decisões econômicas das empresas nacionalizadas, já que, segundo Duverger, estas empresas devem ser protegidas contra dois tipos de “perigos” que as ameaçam: “. . . em primeiro lugar, de uma desmesurada intervenção do Estado . . . em segundo lugar de uma colonização sindical, cuja ameaça é tanto maior na medida em que a esperança dos trabalhadores é tão forte e o sonho da auto-gestão tão cintilante”.¹⁵

Ou seja, no “socialismo à la Renault” o poder de decisão se concentraria nas mãos de uma elite administrativa das empresas estatizadas, o que permite prever um conflito com a ala esquerda do PS francês, especialmente com a central sindical CFDT, a grande porta-voz dos projetos de auto-gestão. Aliás, este tipo de visão que Duverger e a ala direita do PS francês têm da coletivização da economia é rejeitada por Edmond Maire, secretário-geral da CFDT: “Nós não queremos mais nacionalizações que sejam estatizações. É urgentemente necessário socializar as nacionalizações existentes. Em vez de depender só do poder do Estado, é necessário que a empresa nacionalizada reconheça o poder das coletividades locais assim como de seus empregados”.¹⁶ Cinco meses se passaram desde esta advertência de Edmond Maire. O desenvolvimento neste período sugere que é o projeto de “socialismo à la Renault” que começa a se impor. Em meados de outubro de 1981 Edmond Maire declara que “. . . os pontos de desacordo (da CFDT) com o governo começam a se tornar sérios . . . (quanto às nacionalizações) nós consideramos que os nossos temores irão se concretizar, as nacionalizações, segundo a primeira lei, serão estatizações”.¹⁷

A ênfase que a esquerda do PS francês coloca na auto-gestão, que segundo eles seria a “matriz do socialismo democrático”, e a pressão no sentido de aumentar o peso da participação das organizações sindicais nas estruturas sociais de poder, os aproxima num certo sentido dos projetos do modelo neo-reformista escandinavo.

¹⁵ Duverger, M., *op. cit.*

¹⁶ Entrevista com Edmond Maire em *Le Monde*, 26.5.81.

¹⁷ Entrevista com Edmond Maire em *Le Monde*, 16.10.81.

O MODELO NEO-REFORMISTA ESCANDINAVO: A DEMOCRACIA ECONÔMICA

Ainda que o livro de Glucksmann & Therborn faça uma detalhada análise das origens da tese sobre a democracia econômica (que remontam ao economista sueco Maidner) é no livro de Amoroso, *Rapporto dalla Scandinavia* que encontramos uma análise mais concreta dos desdobramentos práticos e teóricos, do que pode vir a se tornar o novo modelo reformista escandinavo. Encontramos também neste último uma original interpretação da crise de funcionamento do atual modelo escandinavo e, logo, dos mecanismos keynesianos e, de uma forma mais geral, da chamada crise fiscal do Estado:

“...a crise dos anos 70 assinala não só uma crise do modelo escandinavo mas também da estratégia do movimento operário (...). O comportamento espontâneo e estratégico dos grupos econômicos mais fortes e influentes mudou. Como consequência do maior poderio que estes grupos alcançaram e também por sua natureza monopolítica e multinacional, a reação deles à crescente pressão sindical e política não se traduz mais em novos saltos tecnológicos e em aumentos da produtividade do trabalho — que eram características do capitalismo escandinavo nos anos 50 — mas numa tentativa de transferência dos novos custos de produção ... ao Estado e aos trabalhadores. (...) Os custos sociais se tornam assim um problema coletivo, que repousa nas costas do contribuinte. O índice qualitativo e de grandeza destes custos de produção transferidos ao Estado se expressa no crescimento da despesa pública que vem se acelerando particularmente nestes anos”.¹⁸

Mas a saída a esta crise, segundo Amoroso, que é também uma crise do movimento operário, é a implementação dos projetos sindicais sobre a democracia econômica, que viria a configurar o novo modelo reformista escandinavo. Este modelo aponta também no sentido das utopias construídas nos últimos anos por autores suecos e dinamarqueses, como por exemplo Adler-Karlsson e os autores do livro *Rebelião do centro*,¹⁹ no sentido de um socialismo humano e democrático, onde os trabalhadores e os cidadãos em geral teriam uma influência direta na marcha da economia. Mas o que, concretamente, propõe o movimento sindical na Escandinávia com o seu modelo de democracia econômica?

A proposta foi lançada no início dos anos 70, tanto na Dinamarca como na Suécia, no sentido de uma formação de um fundo de investimento de propriedade dos trabalhadores. O fundo de investimento seria financiado por um imposto pago pelas empresas — públicas e privadas — sobre uma percentagem da folha de pagamentos de salários. Esta percentagem seria de 0,5% no primeiro

¹⁸ Bruno Amoroso, *op. cit.* p. 188.

¹⁹ Trabalhos destes autores podem ser encontrados em tradução em inglês: Adler-Karlsson, G., *The Unimportance of Full Employment*, Genebra, IFDA, Dossier n.º 2, novembro de 1981; Sorensen, Mayer e Petersen, *Revolt from the Center*, Londres, Marion Boyars, 1981.

ano e aumentaria desta mesma quantidade até atingir o limite de 5% ao final de nove anos. A direção do fundo seria assegurada por um conselho de 120 representantes, dos quais 80 eleitos pelos trabalhadores e pelo movimento sindical e 40 escolhidos pelo Ministério do Trabalho.

Assim, o traço básico que distingue o modelo austríaco/francês da proposta neo-reformista escandinava é que no primeiro se propõe, e se começa a praticar, um reforçamento do aparelho de Estado na esfera diretamente econômica, enquanto que o modelo de democracia econômica aponta no sentido de um fortalecimento do movimento sindical — e por intermédio deste, da sociedade civil — sobre as decisões econômicas. Evidentemente trata-se de modelos específicos que levam em conta as características e as tradições das sociedades para as quais estes dois modelos são propostos. Não se trata de modelos gerais aplicáveis a qualquer sociedade. O que é mais importante é o aspecto comum destes dois modelos: ambos apontam no sentido de uma maior socialização dos processos de decisão no aparelho econômico e de um rompimento da lógica capitalista no processo de acumulação.

Um projeto político como o da democracia econômica possibilita uma cumulativa socialização dos meios de produção, ainda que não exproprie a burguesia da noite para o dia. Este projeto possibilita ainda que a classe operária comece a concretamente tomar *posse* dos meios de produção, no sentido também que ela começa um aprendizado de como administrá-los. Nos primeiros anos da década de 70 a esquerda marxista na Escandinávia mostrava-se cética diante deste projeto e o criticava como sendo uma forma avançada de solução capitalista. Mas esta atitude começa a mudar.

Bo Gustafsson, um reconhecido professor de economia da Universidade de Uppsala, Suécia, e um dos líderes da corrente marxista-leninista sueca, acaba de lançar um livro sobre a questão da transição ao socialismo que representa um bom exemplo desta mudança de atitude da esquerda marxista. Em *Depois de manhã o socialismo* Bo Gustafsson critica o pessimismo e a falta de perspectiva de parte da esquerda marxista diante da atual crise e afirma que esta deveria ter uma visão otimista das possibilidades atuais da luta pelo socialismo. “Através da crise e por causa dela a reivindicação da democracia econômica e da auto-gestão das empresas pelos produtores diretos vai abrindo o seu caminho... a realização da democracia econômica (significa) que o socialismo foi colocado na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento”.²⁰

Com a sua estrutura baseada em um fundo de investimento central mas também com fundos de investimentos locais (estes também sob controle dos trabalhadores) o modelo de democracia econômica apresenta certas semelhanças

²⁰ Bo Gustafsson, *I overmorgon socialism (Depois de amanhã o socialismo)*, Estocolmo, Gidlunds, 1981, p. 10.

com o modelo iugoslavo, embora implementado em um sistema político pluralístico. Sob vários aspectos este modelo possibilita uma influência direta dos trabalhadores em grau mais elevado que no “socialismo à la Renault”.

MARX MAIS KEYNES MAIS...

A questão é saber se os métodos de luta política que as social-democracias escandinavas utilizam tradicionalmente serão suficientes para levar a cabo um projeto que tem a obstinada oposição das forças conservadoras (inclusive dentro da própria social-democracia). Como Edmond Maire nota: “... uma dura-doura tradição política (social-democrata) privilegia a lei, as instituições, como meio de transformação, e só consegue imaginar as mudanças sociais segundo o ritmo eleitoral”. O resultado destes métodos de luta política é a negação pelo próprio movimento social-democrata da “capacidade do movimento operário, como força autônoma, de ser o portador das transformações profundas da sociedade”.²¹

Esta tradição institucionalista da social-democracia continua existindo mesmo na luta por um projeto que pode levar ao rompimento com a lógica capitalista. A luta por democracia econômica privilegia como arena de combate os corredores dos parlamentos, não dando assim ao movimento operário a oportunidade de, a partir do chão da fábrica, mostrar que está interessado em organizar a produção a partir dos interesses sociais e não a partir dos interesses de valorização do capital. Na medida em que a social-democracia centra a luta por democracia econômica no parlamento é compreensível a situação paradoxal que uma parcela dos trabalhadores na Escandinávia mostra um certo desinteresse (e em alguns casos até mesmo uma certa resistência) em relação ao projeto de democracia econômica.

O atual desafio ao movimento operário europeu não pode ser limitado a um “aprofundamento da revolução keynesiana” como propõe o Instituto de Pesquisas do movimento sindical europeu (ETUI) em seu relatório *Keynes plus a participatory economy*.²²

É importante não esquecer que não só Keynes, mas principalmente Marx enfatizava a necessidade de uma crescente socialização dos investimentos. Esta necessidade se inscreve entre as principais conclusões de um colóquio organizado pelo partido social-democrata alemão (SPD) e pela fundação Friedrich-Ebert em março passado perto de Bonn, para a discussão de novos modelos de desenvolvimento. Um dos participantes franceses no encontro declarou ao jornal

²¹ Edmond Maire, “Le Mouvement Ouvrier Face aux Idéologies de Crise”, Paris, em *Le Monde*, 21-22 de agosto de 1980.

²² *Keynes plus a participatory economy*, European Trade Union Institute, Bruxelas, 1979.

Le Monde que “a política econômica do futuro deve ser centrada sobre uma ‘socialização das atividades de investimento’, o que significa que os investimentos devem ser dissociados do objetivo de realizar lucros e ser orientados no sentido das necessidades sociais. . .”²³

O movimento operário europeu mostra ter atualmente a necessidade de um aprofundamento tanto de Keynes como Marx, ou talvez como afirma o economista inglês Stuart Holland²⁴ uma superação de ambos em uma nova síntese, ou seja, um “Keynes mais Marx mais. . .”.

²³ Em *Le Monde*, 3.5.81.

²⁴ Stuart Holland, *The Socialist Challenge*, Londres, Quarter Books, 1975.